

FLUXOS E REFLUXOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS NAS CONJUNTURAS DE 1950-1968: O CASO DA BIBLIOTECA INFANTIL MONTEIRO LOBATO

Esmeralda Maria de Aragão¹

Joseania Miranda Freitas²

Fernanda Maria Gonçalves Almeida³

RESUMO: *Trata-se de pesquisa em andamento, realizada na Pós-Graduação em Educação da UFBA por Esmeralda Aragão, Joseania Freitas e Fernanda Maria Gonçalves Almeida, buscando comprovar as mudanças conjunturais havidas entre o início dos anos cinqüenta – quando se expandiram as mobilizações sociais no País – e a última metade da década de sessenta, quando há um retrocesso do processo democrático, fazendo refluir os movimentos e acentuando uma expansão da opressão promovida pela Ditadura Militar sobre as instituições culturais. O foco central deste estudo de caso, do âmbito da Antropologia Política e Cultural, é a Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, que, fundada em 1950, pela educadora Denise Tavares, para promover a expansão do universo criativo e da autonomia de crianças e jovens de Salvador e de outros municípios baianos atendidos pela rede de bibliotecas criadas e afiliadas a essa central, espelha o avanço do acesso à cultura, promovido pelos movimentos societários. Com a mudança da correlação de forças, na década seguinte, o cenário transveste-se, substituindo o emergente espaço democrático pelo ditatorial, que promove a fragilização da participação política das massas e investe no sufocamento das instituições e entidades de multiplicação e difusão cultural.*

Palavras-chave: Democracia; Autoritarismo; Ideologia; Cultura; Movimentos Sociais.

O CENÁRIO NACIONAL

A história das relações societárias nacionais, sendo fiel ao modelo de implantação da colonialista e escravocrata, organiza-se reproduzindo explorações intensas por parte de grupos sociais sobre outros. Os primeiros se valem das forças militar e ideológica, que, impondo a submissão pelas armas, alienando e atribuindo estigmas e estereótipos aos demais, anulam-nos politicamente, reprisando segregações, e, assim, assegurando a posse da maioria absoluta dos bens materiais e culturais.

Restringida do acesso à informação, durante gerações, grande parte da população nacional cumpre a sina dos excluídos, quase sempre sobrevivendo na mudez e na invisibilidade. Os excluídos do desfrute da produção são, assim, mantidos fora dos palcos político-sociais, pois suas vozes são demasiadamente fracas para serem ouvidas. E quando não são, provocam o eco de velhas sentenças reforçadoras da “pequena condição humana” dos que ousam falar.

As reações ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, difundidas pelas grandes redes midiáticas, as pesadas rotulações que lhe são atribuídas, são exemplos notórios da intolerância das elites atuais frente às manifestações políticas das classes empobrecidas. Aos paradoxais *camponeses sem terra* cabe manterem-se calados e ensombrados, como se, ao se fazerem audíveis, visíveis, contrariassem alguma regra sagrada ou da natureza.

¹ Professora aposentada do Instituto de Ciências da Informação (Biblioteconomia UFBA).

² Professora do Departamento de Museologia e do Programa de Pós-Graduação em Educação (UFBA).

³ Pesquisadora da Pós-Graduação em Educação (UFBA) e Professora da Escola de Serviço Social (UCSAL).

Apesar de irregular, de manter-se em fluxo e refluxo, a dinâmica do eternizado processo segregador ensaia uma primeira mudança no século XIX, quando novos padrões de produção e do seu *locus* se impõem.

A implantação do capital em aportes industriais e a conseqüente transferência do endereço produtivo para o espaço urbano exigem alterações no poder político. Sai-se da monarquia – por omissão conveniente, cúmplice dos poderes fragmentados dos coronéis latifundiários – instaurando-se a República, que obedece e fortalece a condição dos novos donos do capital: a burguesia industrial.

Por outro lado, a desgastada instituição da escravidão não pode mais ser mantida – muito menos revigorada – na medida em que contraria os interesses da produção e do consumo do capitalismo moderno, que se busca implantar. Melhor do que força de trabalho escrava – tornada mercadoria muito cara para ser adquirida, de manutenção custosa, e que teima em desobedecer, boicotar a produção e, principalmente, fugir e aquilombar-se – é a mão-de-obra livre: muito mais barata, consensualmente submetida, e símbolo da ideologia da modernidade que se persegue. Aos ex-escravos cabe a reconhecida *liberdade* como indenização, mas nenhum reconhecimento à sua humanidade, muito menos para a sua potencial participação na cena política.

Todavia, segregados à parte, o germe da mudança surge naquele cenário e começa a se desenvolver a partir de então, sobretudo depois da segunda metade do século XIX. Se o que Buarque de Hollanda (2002, p. 1066-1083) denomina como “*revolução vertical*” é o que prevalece, se as mudanças são promovidas de cima para baixo, ainda assim muitas negociações tiveram que ser construídas entre o patronato e os trabalhadores, nas décadas seguintes, com alguns avanços reais para categorias selecionadas de trabalhadores, ainda que segundo o padrão operacional “*semilampedusiano*”, como adjetiva Oliveira (1999, p. 59), ou seja, “entrega-se os anéis para se preservar dedos e mãos”.

Isso se deveu ao fato de essas *castas*, embora ainda submetidas ao jugo da produção, não estarem mais dispersas, como os trabalhadores domésticos e os rurais, por exemplo. Pelo contrário, estão juntas nas fábricas; nas vilas operárias; nos centros recreativos, onde se distraem, jogam e discutem as notícias da imprensa. Finalmente, estão juntas nas associações de ajuda mútua, nas ligas profissionais e nos sindicatos.

O final do século XIX e o início do seguinte são períodos marcados pelo signo do debate entre operários e patrões dos setores mais avançados da economia, pois – além das mudanças no parque produtivo ensejarem a incorporação dos trabalhadores livres e expandirem as condições de conscientização, ao aproximá-los – outras variáveis, inclusive as lutas operárias desenvolvidas no exterior, interferem, fazendo recrudescer os conflitos, expandindo as oportunidades de negociação.

Contudo, como se antecipa, tais movimentos não se dão linearmente. Na medida em que algumas categorias de trabalhadores se organizam e conquistam poder de pressão, as práticas repressivas voltam a se aglutinar, buscando novas respostas para preservar os privilégios de sempre. Não é à toa que a maior parte do século XX tenha sido vivida, no Brasil, sob emblemas ditatoriais, capazes de restringirem os espaços de expressão do contraditório.

A história brasileira, desde a Revolução de 30, mostra que no espaço de 60 anos é possível contar com duas ditaduras, a de Vargas entre 1930 e 1945 e a que se seguiu ao golpe militar de 64, até 1984 (...) (OLIVEIRA, 1999, p. 60).

O primeiro governo de Vargas é emblemático para a percepção do discurso ideológico do Estado. Instaurando o populismo, recebe o apoio das massas trabalhadoras, ao estabelecer a legislação trabalhista, inspirada nas leis de Mussolini. Essas leis valem para algumas categorias, exatamente àquelas capazes de exercer pressão. Através de muito bom uso das instâncias difusoras das falas oficiais, o presidente ganha adesões e reconhecimento popular.

Aos poucos, essas mesmas instâncias vão transformando as conquistas das lutas operárias em **concessão** de direitos por parte do Estado, da mesma forma como o fez Getúlio, criando para si próprio a imagem de “o pai dos pobres”, o único que, até então, “ouve” o clamor de parcelas oprimidas. Mas, convém acentuar, só daquelas que conseguiram se fazerem audíveis.

Fizeram-se! E foram caladas, acomodadas, através da qualidade do discurso do grande doador, das forças políticas que esse representava e das subseqüentes. De qualquer sorte, foram criados instrumentos legais redutores da exploração do capital sobre setores do trabalho.

Num outro ângulo desse mesmo lado, Vargas se alia às velhas forças nacionais e internacionais, buscando maior segurança no poder. Consegue se equilibrar durante quinze anos, até que é deposto por outros grupos, que também buscavam o desfrute dos benefícios que o cargo oferece a quem ocupa e aos que este serve. Voltará ao Governo, apoiado pelo voto dos trabalhadores, em 1950. Desta vez, sua estadia no centro do poder político estará reduzida a quatro anos, em virtude das pressões de outros grupos tradicionais, que inviabilizam sua permanência.

Indo um pouco na contramão da tendência histórica, um dos períodos em que há maior liberdade política, no Brasil, acontece a partir da década de 50. Mais precisamente vai do final da Segunda Guerra, quando o mundo ocidental comemora a derrota do bloco fascista, e as discussões acerca dos Direitos Humanos alcançam os maiores espaços.

No Brasil, os efeitos desses fenômenos são fortes e diretos. Se Vargas ensaiou alianças com o nazifascismo, mudou de posição quando os ventos sopraram para a outra vertente, e o discurso dos direitos ganhou as praças. Por seu turno, a conjuntura que se instaura após a sua morte, embora sob a regência das forças políticas do capital internacional, de imediato, não cala as vozes populares. Irá fazê-lo na primeira metade da década seguinte.

Enquanto essas não se aglutinam, as multidões ganham as ruas, nas cidades; do campo, as vozes ecoam; os movimentos democráticos se sucedem e se intensificam na cena política, promovendo discussões sobre o direito de todos à escola; sobre o direito de todos à cultura; sobre o direito de todos à posse e uso da terra. Este é o período, 1950-1968, quando se fazem visíveis amplos movimentos sociais no Nordeste, reivindicando maior espaço político-social para as massas populares, inclusive para aqueles voltados à ampliação do acesso aos serviços educacionais e ao acervo cultural.

O CENÁRIO PRÓXIMO

Na referenciada etapa da vida nacional, no Nordeste estabelecem-se profundos conflitos sócio-políticos, gerados por cristalizadas questões históricas de exploração acentuada e de opressão, que, com a mudança das correlações de força e o ensaio de democracia, emergem dos guetos, sejam dos confins dos sertões – como exemplificam *As Ligas Camponesas* e o *Movimento de Educação de Base* – sejam do plano urbano, onde os maiores protagonistas são os estudantes, educadores e outras categorias intelectuais, interessados em discutir e inverter os densos procedimentos seletivos do sistema escolar e o elitismo da cultura.

Tais fenômenos apresentaram tamanha importância na vida política e sócio-cultural da região que mereceram análises por parte de autores de peso, como AZEVEDO (1982), CARDOSO (1978), CARVALHO (1985), DOIMO (1984), FÁVERO (1983), FREIRE (1980), MARTINS (1989), SKIDMORE (1976), TOURAINÉ (1989), WANDERLEY (1984), dentre outros.

Segundo OLIVEIRA (1985), a região estava economicamente decadente desde os tempos coloniais, quando perde espaço no mercado açucareiro internacional, em virtude da maior produtividade caribenha. As culturas da pecuária e do algodão, muito menos em termos de quantidade de mão-de-obra, tornam-se as produções mais importantes, já no século XIX.

Essas e, principalmente, as culturas de subsistência, puras ou combinadas com a submissão ao capital, são fracos freios à transferência maciça de população rural para o meio urbano. Contudo, não minoram o isolamento, a miséria do homem do campo e o seu atrelamento às oligarquias, que fazem da intensa exploração dos trabalhadores e dos benefícios públicos suas principais fontes de riqueza.

Por seu turno, o Estado, em lugar de cobrar e incentivar essas lideranças econômico-sociais para investimentos propiciadores de maior produtividade e capacidade competitiva, prefere transferir-lhes recursos públicos, para as suas segurança e perpetuação, em lugar de investir na melhoria das condições de vida das famílias rurais. Além de todos os elementos da estrutura produtiva, as populações rurais ainda estão expostas às agruras climáticas, que, periódica, mas constantemente, deixa como única saída o êxodo.

Todavia, na conjuntura já descrita, as transformações políticas desencadeiam dissenso, fazendo acentuar as reações propulsoras de mudanças. Os dissabores históricos vividos por segmentos camponeses encontram maiores expressões a partir da abertura democrática e da quebra do isolamento secular, promovido pelo maior adensamento demográfico e pela facilidade de comunicação. Dentre outras conseqüências, a ebulição social fragiliza o poder oligárquico.

Nesse último sentido, o rádio desempenhou importante função, levando a milhões de pessoas notícias do mundo moderno e criando expectativas sobre uma realidade social, política e cultural, que, embora referenciada no urbano, amplia as aspirações das famílias rurais.

Desse conjunto de adversidades resultam contínuas transferências populacionais para o urbano, carregando consigo baixos índices educacionais e aportes culturais pré-industriais, heranças do abandono e do segregacionismo históricos, que se traduzem em pequenas oportunidades de inserção no sempre restrito mercado de trabalho, bem como de integração social, no amplo sentido, nos espaços da modernidade.

Para se estabelecer um referencial do alcance do sistema de ensino de então, e das conseqüentes restrições de inserção no mercado de trabalho moderno, o Censo Demográfico de 1960 revela que, no Brasil, 46,7% de sua população maior de 5 anos não era alfabetizada. Nesta mesma condição estão 66,7% dos nordestinos (FIBGE; s.d.: 98-99).

Dessa forma, havendo tantas forças motrizes em prol da transformação, nada mais natural que a emergência de tantos movimentos nas cidades e no campo, expressando o anseio de populações vulneráveis – ou dos que se colocaram como seus porta-vozes – visando ampliar as oportunidades educacionais, culturais, econômico-produtivas, políticas.

Dentre as muitas manifestações significativas, cabe destaque as dos leigos da Ação Católica, como a Juventude Agrária Católica – JAC, a Juventude Estudantil Católica – JEC, a Juventude Operária Católica – JOC e, a mais conhecida: a Juventude Universitária Católica – JUC, que, embora criadas no âmbito da Igreja Católica, libertam-se de seu comando – mas não totalmente da ideologia cristã – pelo contrário, vão mesclá-la com os aportes oferecidos por propostas socialistas e comunistas, advindas dos partidos, que, naquela conjuntura, alternam fluxos de oficialidade, mas que, mesmo na clandestinidade, mantêm-se fortes.

Certamente, as mais visíveis expressões dessa dinâmica refletem as lutas pela terra, dadas as condições de exploração e de penúria em que viviam os trabalhadores rurais. Dessa forma, seus passos e líderes são notabilizados, tanto interna como externamente aos limites nacionais. Por isto mesmo, serão os primeiros a serem reprimidos, quando os ventos – ou os sopros – de democracia se esvaem. Contudo, se as mobilizações por Reforma Agrária são as mais notáveis, não são as únicas. Como se vem expondo, o período é pleno de ebulições sociais.

Por seu turno, as lutas sociais pela expansão do ensino são, principalmente, conduzidas pelo Congresso Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA; pela campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, no Rio Grande do Norte; pelo Plano de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, com a participação ideológica e técnica de Paulo Freire; pela Campanha de Educação Popular, na Paraíba.

No espaço da cultura – de sua expansão – são memoráveis as atuações dos múltiplos Centros Popular de Cultura – CPC – ligados a União dos Estudantes – UNE, bem como as experiências do Movimento de Cultura Popular – MCP. Todos esses laboratórios de atuação político-social, não só resgatavam expressões de cultura popular submersas no submundo do Nordeste agrário, como denunciavam a precariedade da existência de milhões de nordestinos, submetidos ao autoritarismo dos coronéis, abandonados pelo Estado e ignorados pelos demais brasileiros.

É no meio dessa ebulição política e sócio-cultural, que, inicialmente sozinha, surge a educadora Denise Tavares no cenário, com o sonho de criar uma biblioteca, voltada para um público infanto-juvenil.

A CRIAÇÃO DA BIBLIOTECA INFANTIL MONTEIRO LOBATO

Denise Fernandes Tavares nasceu em 1925, na sede do município de Nazaré das Farinhas. Aí fez o seu curso de Magistério, na Escola Normal. Essa cidade, à margem do rio Jaguaribe, transpira um ar romântico, embora – ou, talvez, por isto mesmo – também revele, ainda hoje, a polaridade entre senhores e escravos. O rio cumpre, sereno e inexorável, seu curso, até a foz. Certamente, a atmosfera que cria alimentou a languidez conformista das senhorinhas coloniais, que, com seus suspiros suspensos, seus soluços engolidos, seus desfalecimentos incontidos, submetiam-se à ordem senhorial.

A bela Nazaré notabilizou-se como residência dos proprietários de terras e engenhos, onde laboravam os escravos que lhes forneciam a riqueza advinda da produção açucareira, sobretudo pujante nos séculos XVIII e XIX. Ali se tem a impressão que o passado ainda não terminou de passar.

Embora decadente e empobrecida, em virtude da perda brasileira no espaço do mercado internacional do açúcar, a cidade mantém sua aura de nobreza e tradicional religiosidade, fazendo com que seus segmentos sociais mais altos procurem preservar o status diferenciador, alijando-se do povo, por eles fortemente identificado com o passado escravocrata, com o trabalho braçal e com outras experiências “menos dignas e civilizadas” de religiosidade.

Dali, a jovem professora, competente e idealista, sai para trabalhar em Salvador, em 1944, inicialmente na Escola Marquês de Abrantes, transferindo-se em 1946 para a Escola Joana Angélica, no mesmo bairro onde, posteriormente, iria ser instalada a biblioteca dos seus sonhos. Em Salvador, também, ela terá oportunidade de avançar nos estudos, a nível universitário, naturalmente, formando-se em biblioteconomia.

Noutro século, Denise nada tem de lânguida, muito menos de frágil. É bela, mas forte; é, sobretudo, determinada, como aqueles que sabem que devem – e podem – mudar o mundo. Ela o fará, acolhendo crianças e adolescentes, e propiciando a germinação dos seus sonhos e fantasias: aqueles que libertam e que são tão temidos pelos sistemas autoritários.

Em 1949, ela já está em campanha para criar a Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, em homenagem ao escritor, certamente, o primeiro grande nome de vulto nacional, voltado à produção de literatura para crianças e seu grande ídolo. No ano seguinte, Denise já tinha conseguido estabelecer a primeira sede da rede de bibliotecas infantis, que plantou no território baiano e que lhe exigiu o esgotamento de todas as suas forças. Não por que não tivesse as condições técnicas e intelectuais necessárias e suficientes, mas sim porque ela ousou inovar, democratizando elementos da cultura erudita para as massas. A matriz é inaugurada, localizando-se no Jardim de Nazaré.

Dando seqüência ao seu trabalho, a rede vai se espalhando, atingindo outros municípios baianos. Mas, a primeira é que marca a força de Denise. E será a que mais resistirá à conjuntura repressiva, que prevalecerá nas duas décadas seguintes.

A rede afronta os donos do poder. Defendê-la implica no esgotamento de todas as suas forças. Não há perdão para quem ousa inovar, ir contra os caminhos traçados – como o rio da sua terra ou quaisquer outros – menos ainda para uma mulher, que, renegando os costumes de sua geração, sai oferecendo livros e formação, amplamente, democratizando elementos da cultura erudita para as massas.

Como se antecipa, no quadro já traçado, se os ventos – ou as brisas – ensaiaram trazer mensagens de democracia na primeira conjuntura, logo mudam, fazendo retornarem os ares de sempre; do autoritarismo, da opressão, do reforço das desigualdades. Ares da intolerância, que por se saberem facilmente contestáveis, procuram romper no nascedouro, a liberdade e a criatividade. Neste sentido, nada mais perigoso que livros – a história de todas as *inquisições* que contem quantas fogueiras foram acesas, para obstruir a reflexão.

Denise, por sonhar livre e querer estender seu sonho para as multidões infantis, tinha que ser destruída. E o foi; morre precocemente; o seu nome ganha lugar no espaço do esquecimento – mas o seu trabalho, não. Várias de suas bibliotecas sobreviveram ao grande sismo ditatorial e estão aí.

É resgatando a história dessa experiência que se quer lançar novas luzes sobre a condição política da intolerância e da restrição das liberdades, pois se percebe que aqueles poucos anos – de 1959 a 1968 – são ricos para a ilustração do objeto que esta proposta analítica persegue.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando A. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. In: **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002; p. 899-1102.
- CARDOSO, Mirian L. **Ideologia do desenvolvimento**; Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- CARVALHO, Abdias V. de. A Igreja e a questão agrária: alguns elementos para análise dos pronunciamentos do episcopado brasileiro no período de 1945-1964. In: **Igreja e questão agrária**. PAIVA, Vanilda (org.). São Paulo: Loyola, 1985; p. 68-103.
- DOIMO, Ana M. **Movimento social urbano**, Igreja e participação popular. Movimento de transporte coletivo de Vila Velha, Espírito Santo. Petrópolis: Vozes, 1984.
- FÁVERO, Osmar. **Cultura Popular**; Educação popular. Rio de Janeiro, 1983.
- FIBGE. **Censo Demográfico de 1960**, VII Recenseamento Geral do Brasil, Série Nacional, V.I. Rio de Janeiro, s.d.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização**; teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.
- MARTINS, José de S. **Caminhada no chão da noite**. Emancipação política e libertação nos Movimentos Sociais no Campo. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA Francisco de e PAOLI, Maria Célia (orgs.). **Os sentidos**

da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC; 1999; p. 55-81.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil;** de Getúlio a Castelo. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA Francisco de e PAOLI, Maria Célia (orgs.). **Os sentidos da democracia:** políticas do dissenso e a hegemonia global. Petrópolis: Vozes; Brasília: NEDIC; 1999; p.83-129.

TOURAINÉ, Alain. Palavra e sangue. Política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

WANDERLEY, Luiz E.W. Educar para transformar. Educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.